

A APROPRIAÇÃO SIMBÓLICA DO RIO DE JANEIRO COLONIAL

Rafael Luiz Leite Lessa Chaves – Mestrando PPGG – UFRJ

Rua Maira 47, Rio de Janeiro, 21220-540 - rafchaves@gmail.com

Palavras-chaves: Geografia Histórica, Geografia Cultural, Toponímia, Rio de Janeiro

1 - INTRODUÇÃO

Nomear lugares é muito mais do que uma simples atribuição de nomes; é “materializar” o sentimento que um lugar é uma entidade que possui uma individualidade que a distingue de outros lugares, e isso ocorre baseado na sensação de que um lugar é útil e vale a pena ser nomeado.

Ao se nomear uma área, esta deixa de ser um simples ponto no mapa ou apenas um pedaço da superfície terrestre; transforma-se em um espaço com significado. Um topônimo também é a expressão da intencionalidade de um grupo, em demonstrar a territorialização de determinada área. Podemos dizer que os topônimos têm função semelhante à dos pelourinhos, de símbolo demarcador da propriedade territorial.

No período inicial de consolidação do território colonial português na América, era necessário que se fizesse o registro das novas terras. Uma das formas utilizadas foi a produção mapas, que além de representarem graficamente as características espaciais dos novos domínios, eram um importante veículo de comunicação. Num período de intensa disputa entre coroas européias pelo domínio das terras americanas, o ato de grafar, em idioma português, os nomes das áreas conquistadas nos mapas, era uma clara comunicação da propriedade do território.

Entre 1500 e 1530, os portugueses, batizaram a costa do que é hoje o território brasileiro seguindo o calendário hagiológico, ou seja, baseando-se exclusivamente nas suas referências culturais. A partir de 1530, com o início da colonização, que necessariamente implicava em maior convivência – hostil ou não –

com os indígenas, os portugueses começaram, então, a utilizar bastante a toponímia autóctone. Ao longo do processo de apropriação de fato do território costeiro, decorrido principalmente nos dois primeiros séculos do período colonial, entretanto, essas toponímias foram, em parte, desaparecendo, dando lugar a toponímias européias ou híbridas.

Esta artigo pretende compreender o processo, historicamente variante, de nomeação das novas áreas conquistadas, uma das feições espaço-político-culturais presentes na conquista e apropriação colonial brasileira. Este processo ocorreu, por vezes atribuindo-se um topônimo europeu, outras vezes utilizando-se um topônimo indígena, houve casos em que fundiu-se um topônimo europeu com um indígena. A identificação destas três formas de nomenclatura de lugares é esclarecedora para a explicação da apreensão, em diferentes períodos, da colônia pelo colonizador.

Analisaremos a imposição de topônimos na capitania do Rio de Janeiro no período de 1565 até 1600, observando a matriz cultural utilizada para a denominação, para assim demonstrar que a troca de matrizes ocorre em decorrência da história dos lugares, ou seja, com o estabelecimento efetivo dos lusitanos na terra; ou a importância estratégica de determinados lugares. Para a operacionalização deste projeto, serão observados, para o período estudado, os nomes utilizados nas cartas de sesmaria.

A justificativa desta pesquisa é procurar oferecer uma contribuição para o preenchimento de uma lacuna na história da formação territorial do Brasil, tratando da apropriação simbólica do território colonial português na América. Pretende-se também demonstrar que o processo de imposição da toponímia ao território colonizado foi bastante complexo, e revela importantes relações de poder e interações culturais entre dominadores e dominados. Analisaremos essas relações e interações através do processo de apropriação simbólica da capitania do Rio de Janeiro pelos portugueses nos século XVI.

Ambicionamos explicitar que a evolução do nome dos lugares acompanha de perto a história dos lugares, pois como já demonstrado em trabalho anterior, especificamente para o caso da Capitania do Rio de Janeiro no século XVI (CHAVES, 2003), as áreas estrategicamente posicionadas são batizadas pelos descobridores ou pelos ocupantes de altos postos da burocracia portuguesa, ou seja, aqueles que não

têm (ou têm muito pouco) contato com o meio local. Como exemplo, podemos citar os acidentes geográficos, que recebiam os nomes atribuídos pelos capitães das naus e as vilas fundadas (e batizadas) pelos governadores gerais; ao passo que as áreas posteriormente ocupadas, possuem em grande parte os topônimos indígenas, pois em muitos casos, é destes a logística utilizada para tal conquista, como é o caso dos arraiais fundados por bandeirantes (WEHLING, 1994). Procura-se então observar, até que ponto prevaleceu a cultura européia, e até que ponto, a cultura indígena sobreviveu; e de que forma a cultura indígena foi utilizada pelo colonizador.

Se segundo Zelinsky, “The study of names is a many-sided enterprise with great and exciting intellectual potentialities” (ZELINSKY, 1997), como podemos fazer uma abordagem geográfica da toponímia sem cair no campo da etimologia ou da antropologia? Propomos que para esta tarefa, nenhuma outra área do conhecimento geográfico faria de forma mais eficaz do que a Geografia Histórica, pois não se trata aqui de fazer uma análise do significado dos topônimos, e menos ainda de uma simples observação de sua distribuição espacial. Pretendemos através do recorte sincrônico, utilizar as categorias de análise geográfica, que são atemporais, para compreender um objeto não material que compõe o espaço geográfico de um “presente de então” (ABREU, 2000), e as ações relacionadas à sua produção.

Visamos com este trabalho observar a imposição da toponímia portuguesa em um primeiro momento, sobre amplas áreas costeiras, nas quais não há trocas culturais entre colonizador e colonizado, e em um segundo momento o surgimento da toponímia européia na Capitania do Rio de Janeiro, percebendo assim, a progressiva apropriação simbólica em escala local, ou seja, imposição de seu poder, pela supressão de um elemento cultural, porém absorvendo parte da cultura autóctone pelo início do contato direto dos diferentes povos.

2 - METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho é dividida em cinco etapas, e são elas: a fundamentação teórica sobre a definição de toponímia; a contextualização histórica do período estudado; o levantamento de dados nas fontes primárias e secundárias; o

tratamento dos dados encontrados, que consiste na tabulação, criação de gráficos e mapeamento dos dados; e finalmente a análise do material produzido.

2.1 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta etapa, analisaremos algumas teorias sobre o tema toponímia, verificaremos suas diferentes formas de abordagem e as discussões já levantadas. Para isso houve uma busca de trabalhos e teorias já publicados. Observa-se aqui, que o tema não é recente, pois encontramos trabalhos publicados já na década de 1960 (Zelinsky, 1967), e soube-se da existência de publicações ainda na década de 1930 (VILA, 1936; Apud TORT, 2003), mas a abordagem pretendida é bastante atual, pois os trabalhos encontrados, que estudam a dimensão política da toponímia, são todos do presente século (AZARYAHU e GOLAN, 2001; TORT, 2003; SEEMANN, 2003).

Corrêa afirma que “A toponímia, em realidade, articula linguagem, política territorial e identidade” (CORRÊA, 2003, p. 176). Concordando com esta afirmativa, verificou-se no levantamento bibliográfico realizado, que existem, em linhas gerais, três formas de abordagem sobre o tema, são elas: a) Lingüística, que se preocupa com a origem e a morfologia das palavras; b) Política, que se concentra em observar que a toponímia, enquanto elemento cultural de uma sociedade, é imposta por um grupo sobre um território, até então, por outro grupo dominado; c) Cultural, que assume a tarefa de investigar, comparar e interpretar o significado dos nomes dos lugares e as diferentes versões e visões da sua topogênese, para contribuir a uma melhor compreensão entre o espaço e cultura no passado e presente, pois como afirma da Mata, “A dinâmica das visões de mundo, das religiões, das culturas e das ideologias políticas inevitavelmente imprime suas marcas no espaço. A mais elementar (...) dessas marcas é o topônimo”. (Da MATA, 2004).

Seemann, em seu trabalho sobre a toponímia como dimensão histórica da geografia cultural, traz uma citação fundamental para qualquer trabalho a respeito deste tema:

“Segundo a Encyclopaedia Britannica (1964, p.63D) denominar um lugar geográfico depende de dois fatores: a) o sentimento que um lugar é uma entidade que

possui uma individualidade que a distingue de outros lugares; e b) a sensação de que um lugar é útil e vale a pena ser denominado”. (SEEMANN, 2003, p. 3).

Partindo da citação anterior, chegamos facilmente na afirmação de Azaryahu e Golan, que por sua vez estão na raiz da interpretação da toponímia como objeto geográfico de múltipla abordagem: “Seen as a text, a toponymy is a twofold system of signification. On one level, which is immediate and unreflected, each place name signifies a geographical location. On another level, however, a toponymy signifies the ideology which underlies and legitimates its use as a proper nomenclature”. (AZARYAHU e GOLAN, 2001, p.181)

Inferimos, então, algo que é bastante claro, que para haver uma toponímia é imperativo que haja uma ocupação de fato ou interesse político na área então batizada, pois o que é efêmero, “comum” demais ou igual a outros lugares não valeria a pena ser registrado.

Para a nossa análise, será muito útil a tese de Seemann, de que “a toponímia é definida como estudo etimológico dos nomes de lugares. (...) a denominação dos lugares é, de fato, um processo político-cultural que merece uma abordagem além do nome atribuído a uma localidade” (SEEMANN, 2003, p. 2)

A imposição da toponímia sobre uma determinada área é utilizada como já dito, para a territorialização desta por um grupo. Quando esta área já é previamente território de outro grupo, caracteriza-se uma situação de conflito político, como podemos exemplificar com o caso descrito por Azaryahu e Golan. Seu artigo se propõe a examinar a institucionalização de uma nova toponímia na representação cartográfica do território israelense, impondo uma “hebraicização” dos nomes dos lugares. As conexões traçadas entre topônimos, relações culturais e de poder, são extremamente enriquecedoras.

Segundo esses autores: “Reading place names and deciphering their cultural properties and ideological messages is one issue. Another is the writing and rewriting of toponyms, evident in naming and renaming of places and physical landscape features. Beyond its being a taxonomic measure, the act of naming is often a demonstration of authority that entails the notion of appropriation. Naming is not a mere linguistic gesture but often evinces specific power relations. (AZARYAHU e GOLAN, 2001, p.181)

Aceitando a toponímia como elemento cultural de determinada sociedade, e aceitando que este elemento possui dimensão espacial, pretendemos demonstrar uma das dimensões espaciais da subjugação política de um grupo por outro, refletindo-se na imposição de nova toponímia sobre território previamente batizado por outro grupo, pois como afirma Corrêa, “A toponímia constitui-se em relevante marca cultural e expressa uma efetiva apropriação do espaço por um dado grupo cultural. É ainda um poderoso elemento identitário” (CORRÊA, 2003, p.176).

Segundo Azaryahu e Golan: “The notion of a toponymy as a text becomes clearly apparent in maps, where the spatial configuration of names purports to reproduce the geographical distribution of places. Maps purport to be an objective and definitive representation of the landscape, and their authority is conducive to the substantialization of place names as an aspect of the landscape and to rendering a specific toponymy legitimate”. (AZARYAHU e GOLAN, 2001, p.180)

Ao considerarmos que o território americano pré-lusitano era regido pelo código de normas indígenas, e que este foi substituído pelo sistema político imposto pelos portugueses, somos obrigados a concordar com Joan Tort, ao afirmar que “La substitución de la toponimia vigente por una toponimia nueva suele ser, en cualquier territorio del mundo, um hecho correlativo a los procesos revolucionarios y, en general, a los cambios violentos de régimen político” (TORT, 2003, p.. Pois como afirma Claval “todos os lugares habitados e um grande número de sítios característicos na superfície da Terra têm nomes – freqüentemente há muito tempo. A toponímia é uma herança preciosa das culturas passadas. Batizar as costas e as baías das regiões litorâneas foi a primeira tarefa dos descobridores (...). O batismo do espaço e de todos os pontos importantes não é feito somente para ajudar uns e outros a se referenciar. Trata-se de uma verdadeira tomada de posse (simbólica ou real) do espaço” (CLAVAL, pg. 202, 2000). Ou seja, uma tomada da posse das terras indígenas por um grupo cultural estrangeiro.

No caso da capitania do Rio de Janeiro no período estudado, verificaremos que o grupo detentor do poder, além de impor a sua própria, também absorve, em parte, a toponímia indígena, mas não a absorve como um elemento cultural, e sim como referencial de posição, apenas para orientar-se no espaço. Os nomes dos

lugares são palavras de significado desconhecido, muitos permanecem, mas outros são substituídos, isso ocorre nas áreas onde já houve a apropriação de fato, ou áreas com importância estratégica.

Torna-se evidente na área de estudo no período abordado que: “the act of naming often amounts to a renaming. Shaping and reshaping toponyms is an example of the connection between political and cultural processes which directly affect semiotic procedures”. (AZARYAHU e GOLAN, 2001, p.181)

O que podemos concluir, segundo estas reflexões sobre a aceção da toponímia e fazendo uma conexão com a teoria de Milton Santos (1996), é que a toponímia integra o conjunto de maneiras pelas quais o sistema de objetos presentes em uma determinada área se incorpora na percepção da sociedade que ocupa esta área, ou seja, é um dos componentes do sistema de ações, pois a toponímia imprime no espaço, de forma simbólica, a relação de reconhecimento do grupo com aquele, e o domínio do território por este grupo.

2.2 – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A COLÔNIA PORTUGUESA NA AMÉRICA

O período inicial da análise entre 1500 e 1530, de descoberta, reconhecimento e conquista, é marcado pela não fixação do português em terra firme, como já dito. O interesse era a tomada de posse através do conhecimento das novas terras, inventariando toda a costa do atual território brasileiro.

Todorov apresenta interessante análise sobre a relação entre os espanhóis e os índios americanos. Na primeira parte de seu livro este autor trata da questão cultural envolvida no encontro entre Colombo e os índios da América Central. Apesar dos contextos diferenciados da chegada de Colombo e do “descobrimento” da costa brasileira não serem os mesmos, pretende-se traçar um paralelo nas relações (ou em sua ausência) entre os navegadores das coroas espanhola e portuguesa e os autóctones. A “questão do outro” proposta por este autor pode ser assumida também para a América portuguesa, pois tanto espanhóis quanto portugueses, apesar de não terem sido hermeneutas, não viam os nativos como iguais. O historiador Wehling

também escreve sobre o encontro dos portugueses com os índios, embora de forma menos profunda, porém podendo servir de paralelo.

Os portugueses simplesmente batizam as áreas, como se não existisse previamente população, em um processo semelhante ao descrito por NOBLE (2003) para a Austrália. Para Todorov tal ocorreu porque a população nativa despertara a curiosidade dos primeiros navegantes, mas apenas a curiosidade. Eles eram vistos como mais um elemento exótico, passível de exploração econômica presentes nas novas terras. Portanto as observações eram apenas descritivas, não pretendiam compreender a sua cultura.

O interesse dos portugueses neste primeiro momento era simplesmente o de tomar conhecimento das novas terras e das possíveis riquezas nela contidas. Os recursos buscados neste primeiro momento são apenas aqueles passíveis de extração (principalmente metais e madeiras). Não há a idéia de fixação de população nas terras recém descobertas, não havia recursos financeiros e nem populacionais para tal missão. Não podemos nos esquecer que a Europa da época era economicamente declinante e que ainda estava recuperando o contingente populacional, muito reduzido após a peste negra ocorrida no século XIV, que dizimou boa parte da população.

Inicia-se no ano 1502 a exploração comercial do Pau-Brasil; a forma utilizada foi a instauração de feitorias para o armazenamento e comercialização da matéria-prima extraída pelos índios. Eram fortificadas devido a constante ameaça pirata, principalmente francesa e a existência de tribos hostis. Neste momento ainda não havia, ou era incipiente, a interação cultural com os autóctones, pois como aponta Johnson referindo-se a uma destas feitorias nas proximidades do Cabo Frio “era rigorosamente proibido o contato entre a tripulação e os nativos; os únicos intermediários eram os funcionários da feitoria”. (JOHNSON, 1998).

Na década de 1530, inicia-se o período da colonização. Neste momento, devido às freqüentes ameaças francesas e espanholas, torna-se necessária a ocupação do território colonial. Por falta de recursos próprios e diante da iminente ameaça estrangeira, a necessidade da ocupação da terra levou o rei dom João III a optar pelo sistema de capitanias hereditárias, que é a concessão da propriedade da terra ao capital privado. Os capitães donatários, aqueles que recebiam a propriedade

da terra, tinham por obrigação “garantir a extração de pau-brasil, ouro e outras riquezas e para implantar uma agricultura de exportação que atendesse aos interesses comerciais portugueses (...). Poderiam, também, fundar vilas, nomear funcionários e distribuir sesmarias” (WEHLING, 1994).

A questão fundiária era regulada pela distribuição das sesmarias, que foram o instrumento jurídico transposto pelos portugueses para a colônia. A sesmaria era concedida sob as seguintes condições: “(1) que as terras eram concedidas por estarem “devolutas e em matos maninhos”; (2) que aquele que recebia a terra deveria residir na cidade ou em seu termo por um período de pelo menos três anos, durante os quais não poderia vender nem alienar a sesmaria sem licença do capitão-mor ou governador; (3) que o beneficiário deveria “romper e aproveitar” as terras nesses três anos, já devendo ter feito nelas algum proveito ao final do primeiro ano; (4) que a doação era feita “sem outro algum foro nem tributo, somente o dízimo a Deus”; (5) que não sendo aproveitada em três anos, a terra poderia ser dada a outro, sujeitando-se o beneficiário a pagar multa para as obras do Conselho; (6) que acabados os três anos de carência, e tendo o sesmeiro feito roças e benfeitorias, poderia ele vender, trocar, dar, doar e fazer tudo o que lhe bem vier com as terras, “como de cousa sua própria e isenta que é”; (7) que a sesmaria seria medida pela braça craveira, “a saber, duas varas de medir por uma, como se no Reino costuma de medir”; (8) que o beneficiário daria ao Conselho os caminhos e serventias que fossem por ele ordenados, visando assegurar o acesso de todos a fontes, pontes e pedreiras; (9) que a carta de concessão deveria ser registrada nos livros da Fazenda Real no prazo de um ano; (10) que a doação era válida “conquanto que já não houvessem [as terras] sido dadas primeiro a outras pessoas”. (ABREU, 2003)

O sistema colonial, também se diferenciou do sistema de feitorias, principalmente pela atividade econômica exercida e sua forma de exploração. No primeiro momento, a economia era baseada na extração do pau-brasil, a mão-de-obra utilizada era a indígena, nada se cultivava ou produzia, utilizava-se assim o mesmo modelo adotado nas colônias africanas e asiáticas. No segundo momento, mesmo não se abandonando a extração do pau-brasil, era necessária a ocupação do território colonial, para assim assegurar sua posse frente às investidas estrangeiras, introduziu-

se na colônia a produção de cana-de-açúcar que utilizava mão-de-obra escrava, até então, indígena. Isto implicou no surgimento dos primeiros povoados portugueses na América.

O povoamento da terra implicou na maior convivência com os índios, pacífica em alguns pontos, e como sabemos, hostil na maior parte, como no caso das vilas fundadas na capitania de São Tomé, que foram arrasadas pelos indígenas. Neste período intensificaram-se os esforços de catequização dos índios, o que gera uma maior interação cultural: um dos métodos utilizados na catequização dos índios era a absorção de parte da cultura indígena por parte dos missionários.

A partir do processo de ocupação da terra, iniciou-se a interiorização da conquista. Sabe-se que no século XVI o grande desafio era ocupar a costa, processo ainda não completado no final do século XVII, porém são estabelecidos os parâmetros para a conquista do sertão.

Com a União Ibérica (1580-1640), a expansão da colonização foi facilitada ao intensificar a comunicação entre as Américas espanhola e portuguesa, sobretudo no sul do Brasil. Outros agentes importantíssimos foram as entradas e as bandeiras, que na busca por escravos e metais preciosos, conquistaram e fundaram vilas e arraiais pelo interior; bem como a pecuária, outro relevante agente da expansão colonial.

2.3 – LEVANTAMENTO DE DADOS

Os dados utilizados nesta pesquisa provêm de fontes diversas, as fontes utilizadas foram fontes primárias, como mapas antigos e a extensa relação de sesmarias criada pelo grupo de pesquisa em Geografia Histórica da UFRJ, com mais de 650 entradas listadas. Outra fonte de suma importância foi o trabalho publicado pelo Prof. Mauricio Abreu na reunião ANPUR 2003 na cidade de Belo Horizonte, que foi a produção de mapas conjecturais da distribuição espacial das sesmarias concedidas no Capitania do Rio de Janeiro de 1564 – 1600.

A relação de sesmarias criada pelo Professor Mauricio Abreu é o resultado de um esforço realizado ao longo de 20 anos de levantamento das cartas de sesmarias ou referências às estas, em diversas fontes no Brasil, Portugal e Vaticano. O intuito deste

levantamento foi produzir uma base de dados para: "Discutir o processo de apropriação territorial no Brasil colonial (...), empiricizar a discussão, identificando as formas, direções e ritmos da apropriação, os principais atores que dela participaram e os conflitos a que deram origem. Nosso objeto de estudo será a Capitania do Rio de Janeiro em seus primórdios, isto é, desde a fundação da cidade de São Sebastião até o final do século XVI. Nessa tentativa de reconstituição de um processo social perdido no passado e, sobretudo, de espacializá-lo". (ABREU, 2003)

A lista consiste em uma coletânea de cópias de cartas de sesmarias ou alusões feitas a elas em fontes variadas, pois como relata Abreu, para a produção desta relação, partiu-se da listagem feita por Monsenhor Pizarro no final do século XVIII, porém esta é uma listagem incompleta, no sentido da falta de registros, e também pela simplicidade das informações contidas sobre os registros presentes, apesar destes problemas, é de extremo valor, pois foi baseada em livros de sesmarias que se perderam ao longo do tempo. Para complementar a obra de Pizarro, visando suprir as necessidades da pesquisa de Abreu, iniciou-se uma busca por informações sobre as sesmarias concedidas na Capitania do Rio de Janeiro em diversas outras fontes, até mesmo em Portugal e no Vaticano.

A relação das sesmarias se torna uma fonte inestimável para a elaboração deste artigo, por conter os topônimos utilizados na época abordada, pois nos registros de concessão, encontramos informações como o nome do beneficiado, as medidas da terra e, principalmente, sua localização.

É mister ressaltar a riqueza que a fonte citada traz para este trabalho, pois não encontraríamos em nenhuma outra fonte os topônimos na escala que esta nos oferece, pois a outra fonte de dados são os mapas produzidos na época, mas estes, com raras exceções, representavam apenas a cidade ou a costa do mar e da baía.

A partir desta relação de sesmarias, Abreu criou mapas conjecturais. Para isto produziu-se uma base cartográfica confiável, adotando-se as devidas alterações feitas por Amador nas feições da orla da baía, e no curso dos rios que nela deságuam, reproduzindo de forma bastante precisa a configuração do Rio de Janeiro do século XVI. "Sobre ela [a base cartográfica de Amador] projetamos então o conteúdo das cartas de sesmaria e, complementarmente, as informações fornecidas por documentos

encontrados em outras fontes. Para algumas sesmarias, foi possível chegar a limites bem precisos, pois delas encontramos documentação posterior, notadamente autos de medição. Para a maioria das concessões, entretanto, só chegamos a identificar a localização aproximada, ou seja, fomos capazes de reconhecer a área em que estavam situadas (por exemplo, o vale do rio Inhomirim), mas não a sua correta posição nesse vale. É certo, ademais, que acabamos alterando a posição de inúmeras sesmarias, pois a relação de Monsenhor Pizarro, ao indicar a localização da concessão, o faz muitas vezes na escala da bacia hidrográfica e não do rio propriamente dito. Em outras palavras, ao afirmar que a concessão estava situada "pelo rio de Macacu a riba", Monsenhor Pizarro não necessariamente afirmava estar ela localizada à margem do Macacu, podendo, na realidade, estar situada junto a algum dos afluentes desse rio". (ABREU, 2003)

Obtiveram-se então mapas, que mesmo não sendo absolutamente precisos, nos oferecem mais do que simples pistas para desvendarmos o processo de conquista e apropriação da Capitania do Rio de Janeiro. Os mapas produzidos tratam da apropriação jurídica do território, pois raramente as sesmarias concedidas em áreas distantes da cidade, principalmente ao lado leste da baía de Guanabara, eram aproveitadas segundo os termos da concessão, permanecendo a área, por anos, sem povoamento português.

Para outras escalas, encontramos diversos mapas da época estudada, infelizmente, poucos deles foram vistos no seu original, apesar disso não deixam de ser fontes importantes para a análise do processo de batismo das novas terras conquistadas pelos portugueses.

2.4 – TRATAMENTO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Durante o processo de confecção dos mapas de Abreu, notou-se a existência de dois tipos de topônimos, topônimos em língua indígena e em língua portuguesa. Para melhor compreender este fenômeno, a partir da lista de sesmarias já mencionada, elaborou-se uma primeira tabela (Anexo I), individualizando e classificando os topônimos contidos nas escrituras. A tabela considera o ano de doação da sesmaria, e o tipo de topônimo utilizado (europeizado, ou indígena).

A tabela criada, apesar de ser uma útil simplificação da relação de sesmarias, ainda era pouco operacional, pois não facilitava suficientemente a identificação de padrões na utilização dos diferentes tipos de topônimos no processo de apropriação jurídica da capitania do Rio de Janeiro. Para tanto, optou-se por elaborar tabelas que revelassem a quantificação dos dados, elaborou-se então uma segunda tabela (Tabela 1) baseada nos dados contidos na primeira.

Tabela da frequência dos diferentes tipos de topônimos na relação das sesmarias				
Ano	Indigenas	Indigenas	Européias	Européias
	N	%	N	%
1565	30		4	
1566	23		3	
1567	21		12	
1568	31		7	
1569	5		3	
Sub-total	110	79	29	21
1570	5		1	
1571	1		0	
1572	6		0	
1573	6		4	
1574	6		3	
1576	1		0	
1577	2		0	
1578	21		1	
1579	20		2	
Sub-total	68	86	11	14
1580	1		0	
1581	0		1	
1582	3		0	
1583	2		0	
1586	8		1	
1587	1		0	
1588	2		0	
1589	4		0	
Sub-total	21	91	2	8
1590	3		2	
1591	2		0	
1592	5		0	
1593	8		1	
1594	7		0	
1595	11		0	
1596	10		2	
1597	8		0	
1598	9		0	
1599	0		1	
Sub-total	63	91	6	9
TOTAL	262	85	48	8

Tabela 1: Frequência dos diferentes tipos de topônimos na relação das sesmarias

Esta tabela foi uma importante ferramenta para verificarmos como se dividiam em dois idiomas os topônimos utilizados, e traçarmos uma comparação entre ambos. Para facilitar a visualização do fenômeno abordado, criamos alguns gráficos baseados nesta tabela, sendo um deles (Gráfico 1) bem interessante para este estudo.

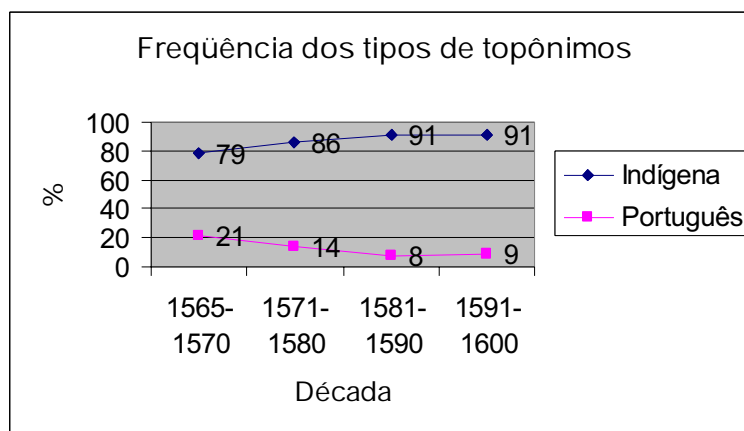


Gráfico 1: Freqüência dos tipos de topônimos utilizados nas cartas de sesmarias.

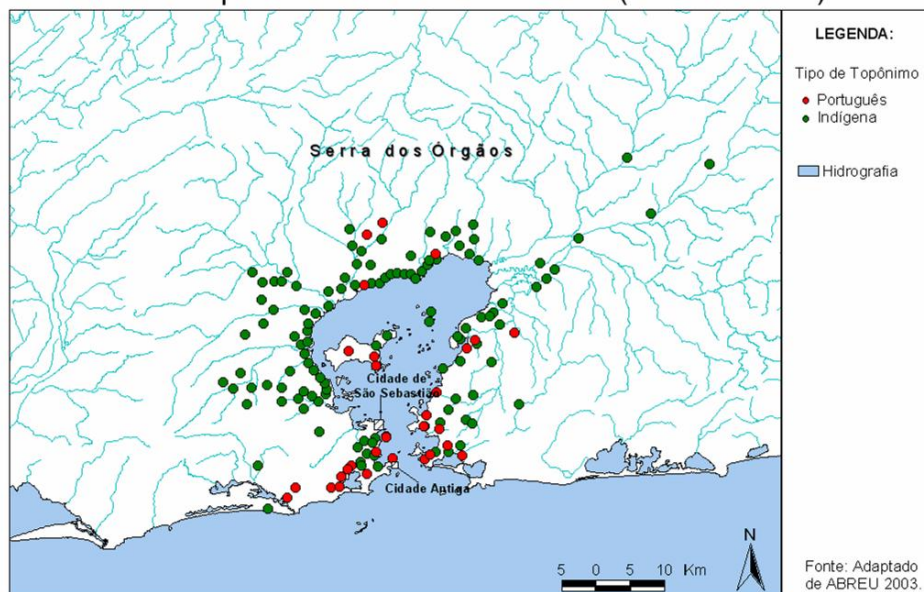
O gráfico apresentado nos permite afirmar que no processo inicial da apropriação jurídica, os topônimos portugueses foram utilizados como em nenhuma outra década. Mas o que isso acrescentaria a este trabalho? Como um dado isolado, não obtemos muita coisa, porém quando associamos este dado à afirmação de Abreu, que diz: “O fato é que, no início da década de 1570, quase todas as terras próximas à cidade já tinham dono” (ABREU, 2003, p. 11), temos uma pista que nos permite relacionar a presença de topônimos portugueses com as terras próximas à cidade. Abreu continua “Por essa razão, aos novos povoadores restavam apenas três opções: arrendar terras já concedidas a particulares, aforar terras do patrimônio municipal ou solicitar sesmarias em sítios distantes, de difícil acesso e/ou muito próximos do gentio hostil” (ABREU, 2003, p. 11 – grifo nosso).

Assim, nos sentimos confortáveis para afirmar que as terras concedidas, a partir da década de 1570, encontravam-se distantes do povoamento português. Mais um fato comprobatório desta tese é a existência da freguesia de São Sebastião do Rio de Janeiro, que por ter sua matriz localizada na cidade, foi a única freguesia fundada

até 1639, quando é fundada a freguesia de Nossa Senhora da Candelária, que também teve seu templo erguido na cidade.

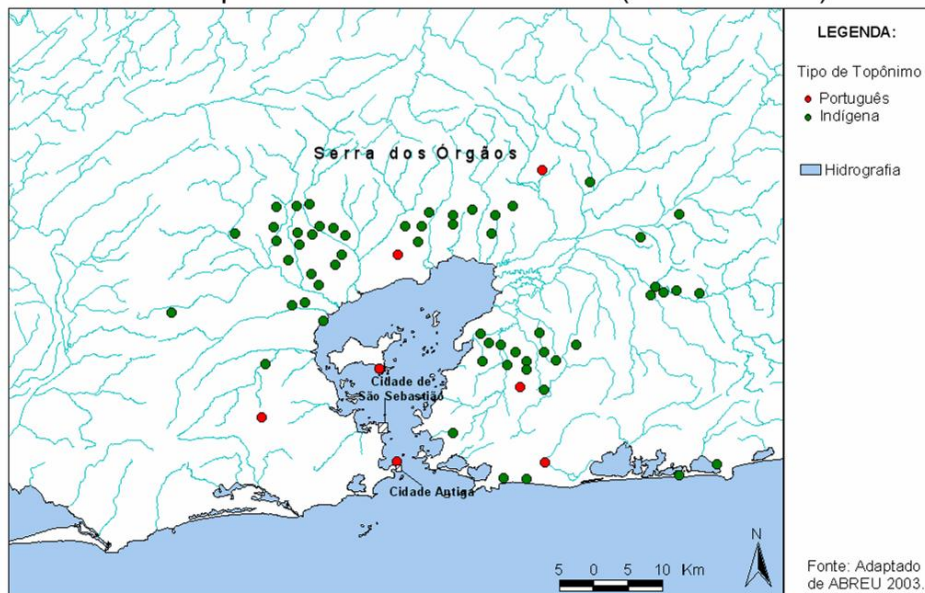
Apesar dos fatos descritos, pretendemos reforçar a hipótese de os topônimos portugueses estarem relacionados com núcleo de povoamento. Para isto apresentaremos mapas da distribuição dos tipos de topônimos utilizados para localizar as sesmarias concedidas. Para a confecção dos mapas, utilizou-se a base de dados dos mapas da distribuição das sesmarias concedidas na Capitania do Rio de Janeiro, pois a fonte dos dados é a mesma, a relação das sesmarias. Cada sesmaria é agora representada no mapa, não mais considerando a área destas, e sim pelo tipo de topônimo que foi utilizado para a sua localização. Resumidamente fizemos uma interseção entre os mapas das sesmarias e a tabela dos topônimos utilizados.

Distribuição espacial dos diferentes tipos de topônimos na Capitania do Rio de Janeiro (1565 - 1570)



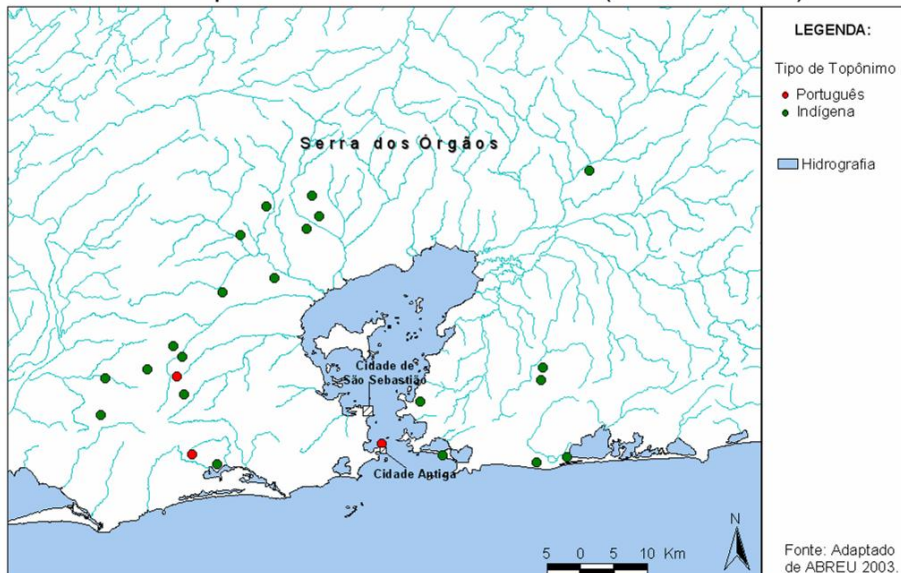
Mapa 1: Distribuição espacial dos diferentes tipos de topônimos na Capitania do Rio de Janeiro (1565-1570)

Distribuição espacial dos diferentes tipos de topônimos na Capitania do Rio de Janeiro (1571 - 1580)



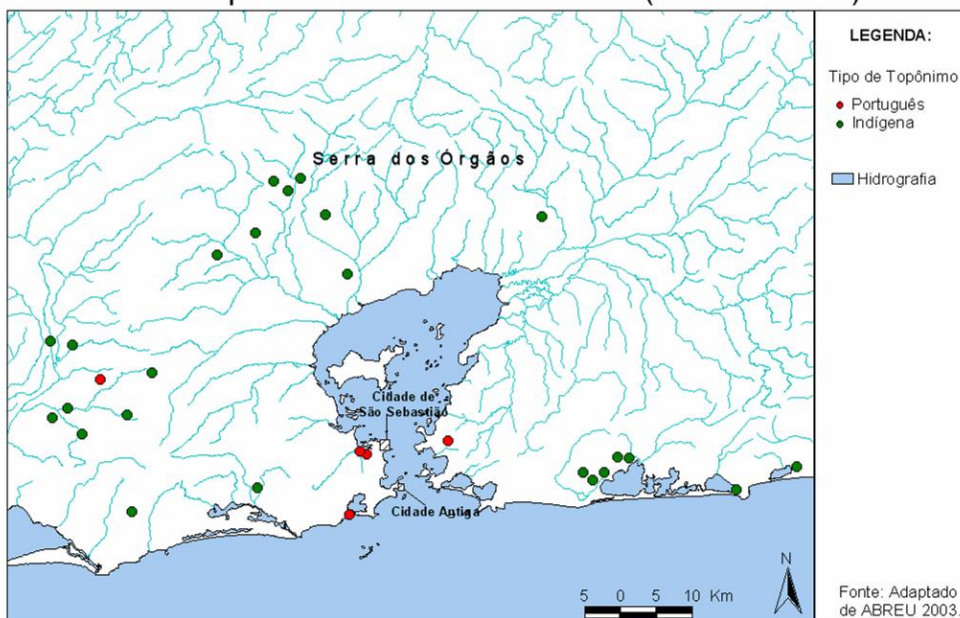
Mapa 2: Distribuição espacial dos diferentes tipos de topônimos na Capitania do Rio de Janeiro (1571-1580)

Distribuição espacial dos diferentes tipos de topônimos na Capitania do Rio de Janeiro (1581 - 1590)



Mapa 3: Distribuição espacial dos diferentes tipos de topônimos na Capitania do Rio de Janeiro (1581-1590)

Distribuição espacial dos diferentes tipos de topônimos na Capitania do Rio de Janeiro (1591 - 1600)



Mapa 4: Distribuição espacial dos diferentes tipos de topônimos na Capitania do Rio de Janeiro (1591-1600)

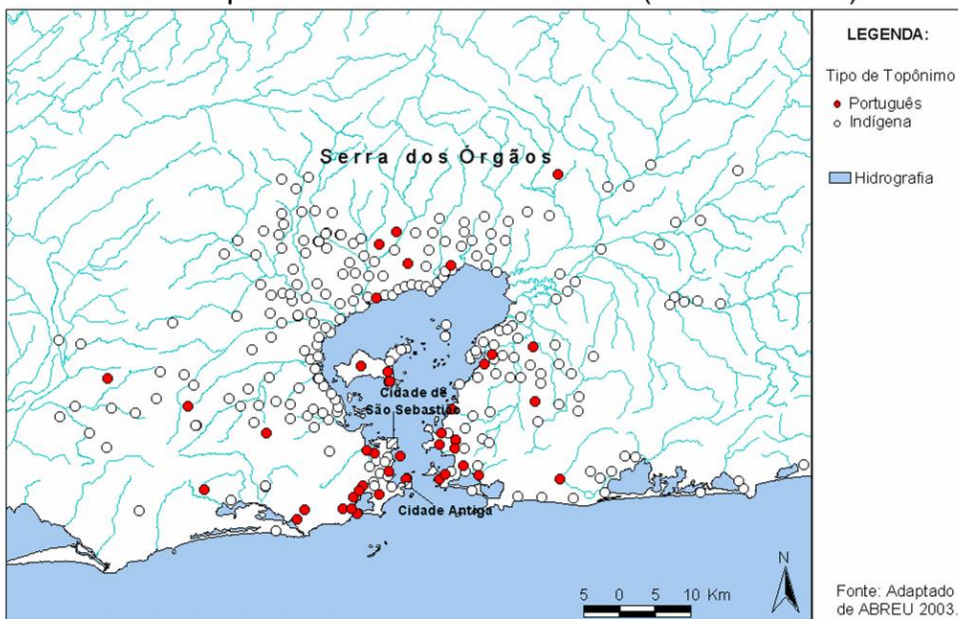
No primeiro destes mapas (mapa 1), podemos observar que as sesmarias, com sua localização referenciada por um topônimo português, localizam-se, preferencialmente, nas áreas mais próximas à cidade e logo, ao núcleo de povoamento. Podemos perceber que existem outras áreas que também possuem nomes portugueses, mas esses nomes se referem a aspectos do relevo, como por exemplo “Dentro da baía” e “barreiras vermelhas”, ou se referem à “banda d’álem”, que além de representar uma grande área, era ponto estratégico na defesa da baía de Guanabara.

Nos mapas seguintes (mapas 2, 3 e 4), fica claramente visível o que está expresso no gráfico apresentado, que a grande maioria dos topônimos utilizados é de topônimos indígenas. Isso se dá, principalmente, pelo que já foi comentado, que as sesmarias são concessões de terrenos livres, e aqueles próximos ao centro logo se esgotam. A maioria das sesmarias concedidas então, estão localizadas nas áreas afastadas do núcleo de povoamento, assim sendo, têm o seu acesso dificultado, tanto

pela distância quanto pela ameaça indígena, não possibilitando assim a fixação do colonizador à terra, permanecendo esta inculta, o que inviabiliza qualquer forma de toponímia na escala local.

O mapa 5 nos revela algo interessante, por ser um mapa que contém a distribuição das sesmarias, classificadas segundo a referência por topônimos indígenas ou portugueses em todo o período estudado; e também por localizar o núcleo de povoamento. Assim temos uma clara dimensão da apropriação jurídica, através das sesmarias concedidas no território da capitania; da apropriação de fato, através da representação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro; e da apropriação simbólica, por meio da presença de topônimos em idioma português. Podemos por esse mapa concluir, que a apropriação de fato, definitivamente, não acompanhou a apropriação jurídica, e que a apropriação simbólica se concentra, preferencialmente, na área apropriada de fato.

Distribuição espacial dos diferentes tipos de topônimos na Capitania do Rio de Janeiro (1565 - 1600)



Mapa 5: Distribuição espacial dos diferentes tipos de topônimos na Capitania do Rio de Janeiro (1591-1600)

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos com este trabalho, que o processo de batismo das terras conquistadas pelos portugueses na América, acompanha a história dos lugares. Na medida em que estes lugares adquirem significado, ou seja, se diferenciam dos demais lugares, então, “comuns”, recebem nomes que demonstram a apropriação simbólica daquele lugar por um grupo cultural.

Ao chegarem nas novas terras e as batizarem como se fossem terras desocupadas, “descobertas”; não se reconhece qualquer territorialidade de outro grupo cultural que naquelas terras já habitasse. No momento da conquista (1500 - 1530), o litoral foi mapeado e batizado para auxiliar a navegação e fazer o reconhecimento e apropriação jurídica das novas posses portuguesas, os portugueses apreendiam simbolicamente as novas terras como uma coisa una, não diferenciavam os lugares, a não ser pelas suas características físicas. Neste momento, os indígenas, perante os olhos dos colonizadores, não são considerados como um grupo sócio-cultural, a toponímia indígena, que é um elemento cultural, é simplesmente, ignorada.

Quando se inicia o processo de ocupação das terras conquistadas, surge o contato e aproximação do colonizador com o colonizado. Aquele por absorver a toponímia deste, absorve parte de sua cultura, pois como dito anteriormente, a toponímia é fruto de um processo histórico de uma sociedade, que leva à diferenciação de um lugar em relação aos outros, ou seja, tornando aquele lugar único, um ente digno de ser nomeado.

Observamos que o processo de apropriação da colônia tem três características: a apropriação jurídica, a apropriação de fato, e a apropriação simbólica. Vimos que estas faces, no caso da capitania do Rio de Janeiro, ocorrem em seqüência, e que a última é conseqüência da segunda, pois somente com o povoamento da terra, esta adquire valor simbólico na escala estudada.

Podemos finalizar este trabalho concordando com a afirmação de Claval, que “nomear os lugares é impregná-los de cultura e poder” (Claval, 2001, p. 202), pois como observado ao longo do trabalho, a imposição da toponímia portuguesa sobre o território conquistado, e a absorção da toponímia indígena, revela relações de poder e cultura entre as duas sociedades envolvidas no processo.

4 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ,ABREU, Mauricio A. 1997. A apropriação do Território no Brasil Colonial. Explorações Geográficas: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- ABREU, Mauricio A. 2003. Processo de conquista e apropriação do território: Capitania do Rio de Janeiro, 1564 – 1600. In: Anais do X Encontro Nacional da Anpur. Belo Horizonte.
- ABREU, Mauricio A. 2000. Construindo uma Geografia do Passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. Geosp, 7.
- BERNARDES, Lysia e SOARES, Maria T. S. 1987. Rio de Janeiro – Cidade e Região. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro.
- CLAVAL, Paul. 2001. A Geografia Cultural. 2ª edição. Florianópolis: EdUFSC.
- CORRÊA, R. L. 2003. A Geografia e o Urbano. In: Introdução à Geografia Cultural. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- FAIR, Susan W. 1997. Inuqiat naming and community history: The Tapqaq and Saniniq Coasts near Shismaref, Alaska. In Professional Geographer, v.49, n.4, p.465-480.
- JOHNSON, H. B. 1998. A Colonização Portuguesa do Brasil, 1500-1580. In História da América Latina: Volume 1 América Latina Colonial, org. L. Bethell. 2ª edição. São Paulo: EdUSP.
- PIZARRO E ARAÚJO, José S. A. 1945. Memórias Históricas do Rio de Janeiro, v. 1 I. 4, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- NOBLE, L. 2003. Re-reading the city: indigenous geography and colonial space in the Australian city. In Anais da Reunião do Rio de Janeiro, organizada pela Comissão sobre o enfoque Cultural na Geografia, da UGI. CD-ROM. Rio de Janeiro.
- SACK, R. D. 1983. Human territoriality: Its theory and history. New York: Cambridge Press.
- SANTOS, M. 1996. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec.
- SEEMANN, 2003. A análise da Toponímia como dimensão histórica na Geografia Cultural. In Anais da Reunião do Rio de Janeiro, organizada pela Comissão sobre o enfoque Cultural na Geografia, da UGI. CD-ROM. Rio de Janeiro.
- TODOROV, Tzvetan. 1999. A conquista da América: a questão do outro. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes.
- TORT, Joan. Los cambios de nombres de los municipios durante la revolución y la guerra civil españolas (1936-1939). Scripta Nova (Barcelona), v.7, n.133, 15.01.2003. Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-133.htm>>. Acesso em 09.11.2005.
- WEHLING, A. e WEHLING M. J. 1994. Formação do Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- ZELINSKY, Wilbur. 1997. Along the frontiers of name geography. Professional Geographer, v.49, n.4, p.465-466.
- ZELINSKY, Wilbur. 1967. Classical town names in United States: The historical geography of an American Idea. In: The Geographical Review, Vol. LVII, Nº 4, October.